

v.30 n.2
Jul-Dez/2020

DOSSIÊ

Territórios e lutas sociais: insurgências e resistências
contra a mercantilização da vida

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

DOSSIÊ

Territórios e lutas sociais:
insurgências e resistências contra
a mercantilização da vida

v.30 n.2

Jul-Dez/2020

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA

Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Denise Maria Guimarães Freire

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA

Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Mavi Pacheco Rodrigues

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORES ASSOCIADOS

Cleusa dos Santos UFRJ

Paula Ferreira Poncioni UFRJ

Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITORES AD HOC V.30 N.2

Gabriela Icasuriaga UFRJ

Cecília Cavalcanti UFRJ

EDITOR TÉCNICO

Fábio Marinho

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral UFPE

Antônio Carlos Mazzeo USP

Arthur Trindade Maranhão Costa UNB

Christina Vital da Cunha UFF

Clarice Ehlers Peixoto UERJ

Elenise Faria Scherer UFAM

Ivanete Boschetti UFRJ

Jean François Yves Deluchey UFPA

Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ

Marcos César Alvarez USP

Maria Cristina Soares Paniago UFAL

Maria Helena Rauta Ramos UFRJ

Maria das Dores Campos Machado UFRJ

Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ

Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ

Ranieri Carli de Oliveira UFF

Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA

Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ



Iron Pedreira Alves / Flickr (CC BY 2.0)
Pesca, 2019.

Publicação indexada em:

[IBICT](#)

[Base Minerva UFRJ](#)

[Portal de Revistas da UFRJ](#)

Escola de Serviço Social - UFRJ

Av. Pasteur, 250/fundos

CEP 22.290-240

Rio de Janeiro - RJ

praiavermelha.ess.ufrj.br

[@revistapraia vermelha](#)

(55) (21) 3938-5386

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)



Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).



Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

Sumário

	Apresentação	236	 Você está aqui.
	<i>Gabriela Icasuriaga & Cecília Cavalcanti</i>		
ENSAIO DOSSIÊ	Cupim que vai pra festa de tamanduá	246	
	<i>Antônio Bispo dos Santos</i>		
ARTIGOS DOSSIÊ	Espacialidade do capital e metamorfose do território	253	
	<i>Helena Lúcia Augusto Chaves & Vitória Régia Fernandes Gehlen</i>		
	Quilombos e luta pelo território: organização, resistência e insurgências coletivas	272	
	<i>Maria Raimunda Penha Soares</i>		
	Quilombo Rio dos Macacos e a resistência contra a acumulação por espoliação	299	
	<i>Ana Claudia de Jesus Barreto</i>		
	Lutas e resistências contra a privatização da água no Rio de Janeiro	324	
	<i>Caroline Rodrigues da Silva, Bruno Alves de França & Ary Gabriel Girota de Souza</i>		
	O Controle social nas favelas cariocas e o protagonismo das mulheres	349	
	<i>Marcia Bastos de Araújo & Rafael Soares Gonçalves</i>		
ARTIGOS TEMAS LIVRES	Política pública e voluntariado: um estudo sobre o serviço “Família Acolhedora” no Brasil	372	
	<i>Denise Andreiade Oliveira Avelino & Maria de Lourdes Mattos Barreto</i>		
	O Serviço Social e a reprodução das relações sociais	391	
	<i>Silvio Aparecido Redon & Eliane Christine Santos de Campos</i>		
	O Estatuto da domesticidade e o repertório de resistência de trabalhadoras domésticas	409	
	<i>Tatiane de Oliveira Pinto</i>		

Apresentação

Este número da Revista Praia Vermelha é um convite à reflexão sobre as lutas sociais contemporâneas que se travam nos territórios em oposição e resistência ao modelo de “acumulação por desapropriação”, para usar a expressão de David Harvey (2004) ao definir a dinâmica atual de saques, pilhagens, rapina generalizada que configura o capitalismo. Na América Latina, o modelo político-econômico adotado, baseado nas monoculturas do agronegócio, na mineração a céu aberto, na especulação imobiliária e nas megaconstruções de infraestrutura, antes de ser um modelo produtivo, é um modelo especulativo, predatório do meio ambiente e sem qualquer perspectiva de recuperação, que expulsa com violência, através de destituições, remoções e mortes, as populações tradicionais e pobres de seus territórios urbanos e rurais. Trata-se do *warfare*, onde guerra e acumulação se tornam sinônimos, quando a forma de governo predominante se faz a partir do domínio da vida pela violência, a chamada militarização da vida. Assim, assistimos à ampliação da violência contra mulheres, negros, indígenas, os que não se enquadram nos padrões heteronormativos e os pobres em geral, numa verdadeira “acumulação por extermínio”, conforme denominação de Raúl Zibechi (2016), que sustenta que o processo de dominação passa pelo genocídio maciço das populações em resistência e que o genocídio étnico-racial é um elemento chave da política do continente latino-americano.

Com o advento da pandemia do novo coronavírus (SARS-COV-2), o desenvolvimento centrado no crescimento econômico a qualquer custo e a proteção social nos moldes neoliberais são colocados em questão. Por um lado, fala-se em desaceleração do crescimento e mudança em seus paradigmas. Propostas de desenvolvimento com preservação do meio ambiente começam a surgir. Na Europa já se assimila a proposta de avançar para matrizes energéticas não fósseis que abasteçam as cidades, indústrias, habitações, e, ao mesmo tempo, no processo de reconversão energética, sejam capazes de criar empregos em massa. Já se pensa e discute algo que antes não parecia possível, o reerguimento de um novo modelo de Estado Social que estenda a proteção pública a todos, ao menos no que se refere à renda assegurada e saúde pública. Afinal, tem sido os sistemas

Gabriela Icasuriaga

Doutora em Serviço Social e professora associada da Escola de Serviço Social da UFRJ.
gabrielalemai@gmail.com

Cecília Cavalcanti

Doutora em Serviço Social e professora associada da Escola de Serviço Social da UFRJ.
ceci_cavalcanti13@hotmail.com





públicos de saúde, como o Sistema Único de Saúde (SUS) aqui no Brasil, que têm garantido assistência mais abrangente e robusta à população. Por isso, esse movimento no sentido de fortalecê-los e ampliá-los. O mesmo se dá com os programas de transferência de renda básica, universal e suficiente, que vêm sendo (re)discutidos mundialmente e que, se antes já estavam sendo adotados por alguns países, ainda que em caráter experimental, tiveram sua implementação alargada, particularmente no continente europeu, diante da crise econômica-social decorrente da crise sanitária.

Por outro lado, as tendências recessivas da economia apresentadas nos últimos anos se intensificaram com a pandemia e o recuo, ensaiado no início desta, quando o Estado foi chamado a atuar, a arcar com os custos da destruição, parece agora ser freado diante à nova normalização da vida agora com o corona vírus fazendo parte dela.

No Brasil, retomam-se as pautas das reformas (administrativa, fiscal, tributária, etc) orientadas para a redução do gasto público, leia-se social, sem nunca se ter abandonado o modelo da “acumulação por extermínio”, pelo contrário, durante o isolamento e distanciamento social tivemos sucessivos golpes e ataques na política de proteção ao meio ambiente, que além de desproteger a larga maioria das terras indígenas, ainda promoveu uma militarização da proteção ambiental, através do Decreto 10.341 de 06 de maio, que submete os órgãos e entidades públicas federais de proteção ao meio ambiente às Forças Armadas. Remoções foram levadas adiante, como, por exemplo, as de reintegração de posse de algumas áreas do Acampamento Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio em Minas Gerais, e da Casa Nem no Rio de Janeiro, executadas, respectivamente, nos dias 14 e 24 de agosto, afetando camponeses e pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social. Somam-se a esse contingente que perdeu suas casas e terras durante a pandemia, aqueles que por omissão e negligência do Estado são abandonados à própria sorte. Aqui podemos citar o caso dos indígenas que deveriam ter sido beneficiados com a instituição de medidas de proteção e prevenção de contágios por covid-19 nos seus territórios através da lei 14.021/20, sancionada no dia 08 de julho, também estendidas às comunidades quilombolas e aos pescadores artesanais. Só que a referida lei sofreu vários vetos do presidente Jair Bolsonaro sob a alegação de que tais medidas criariam despesa

Apresentação

Gabriela Icasuriaga
Cecília Cavalcanti





obrigatória. Entre os vetos encontram-se a obrigatoriedade do governo de fornecer acesso à água potável, materiais de higiene e limpeza, instalação de internet e cestas básicas para as aldeias e o artigo que obrigava o governo a facilitar aos indígenas e quilombolas o acesso ao auxílio emergencial. Até o início de agosto, contabilizavam-se 23 mil infectados e 646 mortos por covid-19 entre os indígenas¹. Há ainda que considerar que a maioria dos povos indígenas se concentra na região amazônica, região extremamente vulnerável pela escassez e precariedade de serviços públicos essenciais, e habitada por uma população com a saúde já comprometida pelo desmatamento e pelos dejetos tóxicos dos garimpos ilegais. Isso sem falar da população carcerária, majoritariamente jovem, pobre e negra ou parda, que encontra-se no grupo de risco elevado por estar aglomerada em presídios superlotados², mas além da soltura lhe ser negada, ainda que parte significativa da prisão seja por medida cautelar³, até início de agosto somente 3,5% desta havia sido testada e, entre servidores, principais transmissores da doença entre os carcerários, apenas 18,5% havia realizado o teste⁴. É a necropolítica em prática através tanto das políticas que buscam explicitamente a morte de determinadas populações, quanto daquelas que, por negligência sistemática, permitem que pessoas morram (BUTLER, 2018). É o poder estatal decidindo quem vive e quem morre e eliminando, assim, os descartáveis e indesejáveis.

Contudo, não existe poder sem resistência, ou, conforme Foucault (2015), o poder só existe porque há resistência, resistência que gera novas formas de poder, assim como o poder gera novas formas de resistência. Assim, em resposta às modalidades predatórias e genocidas do capital, as populações se reorganizam em resistência contra a mercantilização dos territórios e da vida, cuja existência se torna, cada dia mais, precária, cara, perigosa, impulsionando novos arranjos insurgentes em que a questão territorial se recoloca no centro dos processos de disputa entre formas antagônicas de apropriação e uso do espaço e suas riquezas. São lutas do comum e pelo comum. Mas, é importante frisar que o comum não pode ser confundido (e nem reduzido) aos bens comuns e à sua defesa, mas entendido como forma de produção, portanto, de criação, baseada no compartilhamento, na cooperação fora do primado mercantil, que ao escapar dos circuitos de valorização capitalista e criar outros mundos possíveis,

Apresentação

Gabriela Icasuriaga
Cecília Cavalvanti





produz rupturas, descontinuidades no *continuum* histórico, se constituindo como força antagonista, um contra-poder. Nesse entendimento, reconhecemos como lutas não só as que partem de movimentos e organizações institucionalizadas, como aquelas que se travam fora do ambiente institucional, da mesma forma que compreendemos que elas não se reduzem às manifestações, levantes, greves, que conferem às lutas um formato, vamos dizer assim, reivindicativo, como inclui também as iniciativas e ações coletivas que partem de pessoas e grupos, usualmente desprotegidos da proteção público-estatal, que se organizam para ter acesso ao bem-estar social, através da cooperação, solidariedade, cuidados mútuos etc. e vão conformando formas alternativas de vivência, sobrevivência e, portanto, resistência.

Este número da Revista Praia Vermelha é um convite a refletir sobre as lutas e resistências por questões vitais como água, terra, as que dependem da preservação do meio ambiente, ou mesmo na defesa da moradia, da saúde, do emprego, da educação, expressões culturais, entre tantas outras que insurgem em vários países do mundo em um claro embate contra os avanços da mercantilização exacerbada de todos os espaços da vida. É a condição precária da regulação neoliberal, que serve à violência e à exploração, que se converte em potencial terreno mediador para construir alianças, inclusive, entre várias minorias e populações consideradas descartáveis (BUTLER, 2018). Não à toa o protagonismo que as mulheres vêm assumindo nas lutas e resistência, criando os comuns o tempo todo pelo mundo afora, numa resposta pela sobrevivência. “Não é como num pensamento ideológico, é algo que as mulheres compreenderam na prática: que se juntando poderiam criar novas formas de sobrevivência, melhor que sozinhas... E é justamente aí, nesses contextos, que nascem as lutas pelo comum, que é essa capacidade de criar e construir alianças entre lutas diversas”(FEDERICI, 2019).

Na busca por relações sociais outras, a nova onda do feminismo se coloca cada vez mais como anticapitalista, uma vez que o neoliberalismo só faz reforçar os pilares do patriarcado. Além dos trabalhos mais precários, inseguros e com pior remuneração serem majoritariamente ocupados pelas mulheres. Para que o sistema funcione, uma condição necessária é contar com o trabalho não-remunerado feminino. O endurecimento da

Apresentação

Gabriela Icasuriaga
Cecília Cavalcanti



austeridade pós crise de 2008 – e que, diga-se de passagem, pode sofrer um novo recrudescimento agora para pagamento das contas da pandemia, e seus consequentes cortes significativos no gasto social, tornando os bens e serviços sociais que antes eram subsidiados pelo Estado, oportunidade de acumulação, provocando o que a Federici (2017) denomina de crise da reprodução social - tem por resultante, menos apoio e mais trabalho e responsabilidade para milhares de meninas e mulheres no mundo todo. Assim, as mulheres estão percebendo “que só deixarão de ser oprimidas num mundo em que a solidariedade, a colaboração, o cuidado, a justiça e o amor sobreponham-se à brutalidade, à violência, às hierarquias impostas e à competição incessante de todos contra todos” (MARTINS, 2019). Foucault mesmo já percebia uma certa centralidade das lutas contra a sujeição no capitalismo contemporâneo, na qual a subjetividade torna-se um campo de batalha por uma contra-subjetividade na ruptura com o capital como uma máquina de subjetivação; podemos constatar seu prognóstico no papel cada vez mais intenso que o movimento feminista vem ocupando nas lutas contemporâneas, sem mencionar a feminização dos movimentos em geral.

São estas questões que este Dossiê Temático n.30 v.2 da Revista Praia Vermelha pretende abordar. Ele está estruturado em cinco artigos e um ensaio que refletem e ilustram as grandes tensões presentes nas disputas sócio- territoriais brasileiras e suas semelhanças com o resto do subcontinente latino-americano.

A abertura do Dossiê corresponde ao ensaio do Mestre quilombola Antônio Bispo dos Santos, intitulado *Cupim que vai pra festa de tamanduá não volta!* Mais do que um ensaio se trata de uma narrativa da tradição oral afro-americana que, com recursos poéticos que por vezes nos remetem a uma fábula, nos alerta a buscar na matriz que constitui nosso sistema colonialista todas as formas de discriminação e ocultamento de outros modos de ser no mundo. Mesmo quando a sociedade, dita civilizada, promove formas institucionais mais sofisticadas de inclusão social, como foi em seu momento a Constituição de 1988 e toda a normativa dela decorrente, estas acabam por negar a autonomia e a emancipação dos povos historicamente subordinados ao poder colonial. Mestre Bispo nos convoca, na poética de seu texto, a confluir, como prática de resistência contra os “entes do ter que

ApresentaçãoGabriela Icasuriaga
Cecília Cavalcanti

se alimentam dos entes do ser” e recorrem à posse e ao domínio de todas as esferas da vida, utilizando a retórica da inclusão, deixando o rastro de destruição e morte. Permanece a lição, duramente aprendida, “cupim que vai pra festa de tamanduá... Não volta!” e por isso o chamado a aquilombar-se é mais do que um alerta, é o caminho do reencontro com a sabedoria ancestral do pensamento “circular, plural e horizontal”.

O primeiro artigo, de autoria das professoras Helena Lúcia Augusto Chaves e Vitória Régia Fernandes Gehlen, intitulado *Espacialidade do Capital e Metamorfose do Território*, aborda o espaço e o território em uma perspectiva teórica e conceitual e contribui significativamente para desvelar os determinantes estruturais que transformaram o território numa espacialidade apropriada pelo modo de produção capitalista no seu atual estágio de desenvolvimento. A globalização em curso, apoiada no mais alto grau de desenvolvimento das forças produtivas, submete todos os territórios ao seu domínio, intensificando o caráter predatório e de domínio dos estados nacionais, interferindo na reorganização das suas espacialidades em função da lucratividade para as grandes corporações empresariais transnacionais e deixando um lastro de aprofundamento das desigualdades sociais, crise humanitária e ambiental. Para as autoras, os efeitos da crise estrutural do capital, que se aprofunda nas últimas décadas, evidenciam uma crescente degradação do ambiente, seja este urbano ou rural, utilizando-se de estratégias de apropriação dos territórios e seus recursos naturais e cooptando governos de estados nacionais para facilitar a entrada das grandes corporações internacionais nos seus territórios em detrimento da vida dos seus cidadãos.

O artigo *Quilombos e luta pelo território: organização, resistência e insurgências coletivas*, de autoria da docente Maria Raimunda Penha Soares, analisa a luta e resistência de comunidades quilombolas no interior do Maranhão. A pesquisa-ação desenvolvida pela autora junto aos quilombolas coloca as ações do poder público para liberar os entraves que se interpõem ao avanço predatório do capital, demonstrando, com exemplos da própria realidade investigada, como o aparato do Estado age em apoio à expropriação, espoliação de terras, saberes e contra os direitos legalmente adquiridos pela população, deixando um lastro de destruição, morte, extinção de modos de reprodução

ApresentaçãoGabriela Icasuriaga
Cecília Cavalcanti



da vida dos povos e grupos étnicos que convivem de forma comunitária com o ambiente e mantêm vivos saberes ancestrais. O artigo se enriquece da experiência de organização, lutas e insurgências coletivas dos quilombolas da região de Santa Rita e Cajueiro no seu processo de resistência sistemática às práticas racistas e neocoloniais de opressão e exploração sobre suas gentes e seus territórios. A autora analisa os mecanismos da violência contra esses territórios e como se materializam em ataques contra as mulheres, perdas de território, enfraquecimento do sistema de produção, criação de milícias para expulsar as famílias, limitação da participação em espaços institucionais, militarização e pressão das igrejas, uso de informações pelas universidades como fonte de consumo e ações de governos neoliberais que implicam em suspensão de direitos. Contra todas essas formas de violência, as comunidades quilombolas maranhenses, assim como seus pares em toda América Latina, respondem com seus saberes tradicionais, estruturalmente anticapitalistas e com grande potencial emancipatório.

Ana Claudia de Jesus Barreto, docente da Universidade Federal Fluminense, no artigo intitulado *Quilombo Rio dos Macacos e a resistência contra a acumulação por espoliação* traz o conflito territorial estabelecido entre essa comunidade quilombola e a Marinha do Brasil. A autora recorre à contextualização histórica das resistências negras no Brasil para situar o leitor na persistência dos traços coloniais no presente. Busca desconstruir o mito da passividade do escravizado africano disseminado pela ideologia dominante, resgatando algumas das inúmeras resistências dos escravizados contra o sistema, quase sempre findas pelo uso da força, a supremacia de armamentos dos senhores escravocratas e das instituições militares. Apesar do suposto avanço legal e do reconhecimento do direito à terra dos povos originários e quilombolas pela última Constituição Federal do Brasil, o direito reconhecido não é condizente com as garantias e proteção que esses povos e comunidades conseguem usufruir atualmente. Seja pela requisição de terras por parte do poder público para construção de grandes empreendimentos, seja pela cobiça de grandes empresas multinacionais. A apropriação de terras através da despossessão dos seus habitantes continua vigente, tal o caso apresentado pela autora neste artigo. Contudo, a resistência do Quilombo Rio dos Macacos ainda persiste e após

ApresentaçãoGabriela Icasuriaga
Cecília Cavalcanti

a entrega deste artigo, em 30 de maio, o Quilombo foi finalmente titulado e reconhecido legalmente, mesmo que de forma parcial e à custa de muita violência.

O artigo intitulado *Lutas e resistências contra a privatização da água no Rio de Janeiro*, de autoria de Caroline Rodrigues da Silva, Bruno Alves de França, assistentes sociais, e Ary Gabriel Girota de Souza, funcionário da Cedae e sindicalista, centra sua atenção nos conflitos gerados pelo uso, ou mau uso, de um bem comum de toda a sociedade como é a água. Mesmo quando o artigo visa situar as lutas e resistências no Rio de Janeiro, apresenta as principais questões que perpassam o atual estágio do modelo de acumulação capitalista na sua intensificação de expropriação da natureza, saqueio dos territórios e invisibilização das populações, tudo em nome de um desenvolvimento que só se materializa na grande concentração de riqueza de um número ínfimo da população mais rica do planeta. A natureza, transformada em mercadoria pelo capital, distancia o habitante urbano da sua apropriação como comum, tema que merece ser problematizado por todas as forças sociais que buscam a justiça social e o acesso de todas e todos às riquezas naturais e socialmente produzidas. Neste sentido, o artigo defende os serviços como instituição da sociedade e os comuns como um princípio político no enfrentamento da lógica neoliberal para a qual a água é mais uma *commodity* e, portanto, um bem natural a ser expropriado.

No último artigo do Dossiê se abre um debate atual na luta pelos territórios. Intitulado *O controle social nas favelas cariocas e o protagonismo das mulheres*, de autoria de Marcia Bastos de Araújo, mestre em serviço social, e do professor Rafael Soares Gonçalves. Esse artigo coloca em destaque o papel das mulheres na defesa do direito à cidade nas favelas do Rio de Janeiro. Nesta cidade, particularmente perpassada nos últimos anos por intervenções urbanas de corte neoliberal com vistas a alocar os principais eventos internacionais, as favelas constituem empecilhos a ser eliminados para atrair os grandes investimentos no marco de um processo de aumento crescente da especulação, particularmente imobiliária e fundiária. Nesse processo de ataque às populações pobres, moradoras de favelas, as mulheres assumem um papel de fundamental importância, cujo protagonismo é destacado neste artigo e sustentado por pesquisa de campo realizada pelos autores. Em uma perspectiva

ApresentaçãoGabriela Icasuriaga
Cecília Cavalcanti

feminista, a mulher é problematizada como sujeito político que, por vias não tradicionais, enfrenta o controle social das políticas urbanas remocionistas num contexto adverso à participação social. As mulheres, em particular as moradoras de Rio das Pedras, demonstram que, mesmo em contextos adversos e com alto índice de violência, são capazes de assumir o protagonismo com práticas criativas e inovadoras de controle social das ações do Estado.

Referências bibliográficas

- BUTLER, J. *Corpos em aliança e a política das ruas. Notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.
- FEDERICI, S. *Federici, Marielle e o feminismo anticapitalista*. Disponível em <https://outraspalavras.net/outrasmidias/federici-marielle-e-o-feminismo-anticapitalista/> Acesso em 19/06/2019
- _____. “A crise da reprodução capitalista e a formação de um novo ‘proletariado’ *ex lege*.” Disponível em <http://sentidosocial.com.br/crise-da-reproducao-capitalista-e-formacao-de-um-novo-proletariado-ex-lege/> Acesso em 23/08/2017
- FOUCAULT, M. “Como se exerce o poder?” Disponível em <https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2015/12/05/como-se-exerce-o-poder-michelfoucault/> Acesso em 05/10/2018
- HARVEY, D. “Neoliberalismo e restauração do poder de classe”. Disponível em http://resistir.info/varios/neoliberalismo_ago04_port.html. Acesso em 19/08/2010
- MARTINS, A. Seriam elas as coveiras da velha ordem? *Outras Palavras/ Blogdaredação*. Disponível em <https://outraspalavras.net/blog/seriam-el-as-coveiras-da-velha-ordem/> Acesso em 19/06/2019
- ZIBECHI, R. Acumulação por extermínio. *Entrevista Instituto Humanitas - Unisinos (IHU)*, Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/557632-acumulacao-por-extermínio> Acesso em 26/06/2019

Notas

- 1 Fonte: APIB e Universidade Johns Hopkins. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/08/atingidos-pela-pandemia-indigenas-contam-seus-mortos-e-acusam-governo-de-omissao> [voltar]

2 São 423.389 vagas para 710 mil presos, uma superlotação de 67,8%. Fonte: Monitor da Violência, produzido pelo G1 em parceria com o Núcleo de Estudos de Violência (NEV), da Universidade de São Paulo (USP), e com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/19/brasil-tem-710-mil-presos-em-cadeias-que-comportam-423-mil-31-nao-foram-julgados> [voltar]

3 De acordo com dados do Monitor da Violência divulgados no dia 19 de fevereiro de 2020, dos 710 mil presos do país, 31% são provisórios, ou seja, aguardam ainda julgamento. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/19/brasil-tem-710-mil-presos-em-cadeias-que-comportam-423-mil-31-nao-foram-julgados> [voltar]

4 Fonte: Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (GMF) de Tribunais de Justiça. Disponível em <https://www.cnj.jus.br/cresce-82-numero-de-casos-de-covid-19-no-sistema-prisional/> [voltar]



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em outubro de 2020 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).